

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.284 - RS (2019/0309730-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADOS** : **ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - RS083593**  
: **RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537A**  
: **GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A**  
**RECORRIDO** : **GLADEMIR FELTES**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

## EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL POR MEIO DE CORREIO ELETRÔNICO. AUSÊNCIA DE GARANTIA DE RECEBIMENTO E LEITURA. REEXAME. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 146):

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL INIDÔNEA.

A remessa de mensagem eletrônica através de “e-mail registrado” não atende aos requisitos do artigo 2º, §2º, do DL911/69 à validade da comprovação da mora. Legislação específica que expressamente exige, ao menos, a remessa de carta, com aviso de recebimento, ao endereço do fiduciante. Jurisprudência desta Corte. Mantida a decisão monocrática impugnada.

NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO.

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 156-176), a recorrente alega violação dos art. 2º, § 2º, do Decreto Lei n. 911/1969, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que comprovou a mora do recorrido, razão pela qual deve ser deferido o pedido de busca e apreensão do bem objeto da ação, uma vez que enviou ao devedor fiduciante, por *e-mail*, notificação extrajudicial devidamente assinada eletronicamente, sendo que o atual entendimento é no sentido de dispensa da entrega pessoal

# *Superior Tribunal de Justiça*

da referida notificação.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Tribunal de origem admitiu o recurso especial (e-STJ, fls. 205-216).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que o recurso em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "para a constituição em mora na ação de busca e apreensão é imprescindível a comprovação de encaminhamento de notificação extrajudicial ao endereço constante do contrato, bem como de seu efetivo recebimento, ainda que não pessoalmente pelo devedor" (AgRg no AREsp 467.074/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 21/8/2014, DJe 4/9/2014).

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA NO ENDEREÇO INFORMADO NO CONTRATO. VALIDADE. PRECEDENTES. CONSTITUIÇÃO EM MORA RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. 1. Entendimento assente deste Superior Tribunal no sentido de que, para a constituição do devedor em mora nos contratos de alienação fiduciária, é imprescindível a comprovação de encaminhamento de notificação ao endereço constante do contrato, bem como de seu efetivo recebimento, o que ocorreu no presente caso. 2. Conclusão do acórdão recorrido que se encontra no mesmo sentido da orientação deste Superior Tribunal. 3. Rever o acórdão recorrido e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado na via especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1343491/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe 14/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. PROVA DO RECEBIMENTO NO ENDEREÇO DO DEVEDOR. NECESSIDADE. 1. Conforme o entendimento assente deste Superior Tribunal, para a constituição do devedor em mora nos contratos de alienação fiduciária, é imprescindível a comprovação de encaminhamento de notificação ao endereço constante do contrato, bem como de seu efetivo recebimento. Precedentes. 2. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1726367/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018)

Com relação ao tema, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ, fls. 148-149, sem grifos no original):

Efetivamente, a exigência da remessa de carta extrai-se da redação do artigo 2º, §2º, do DL911/69, segundo o qual a comprovação da mora poderá ocorrer “por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário”. Ou seja, há de ser remetida a carta com Aviso de Recebimento, mesmo que ao cabo a notificação não seja recebida pessoalmente pelo fiduciante.

Por consequência, por mais que pretenda a instituição financeira conferir caráter oficial e atribuir confiabilidade ao e-mail, por certo não supre os requisitos legais exigidos à convalidação do procedimento especial que, frise-se, é rigoroso.

Nesses termos, entendo que se sustenta integralmente a ratio lançada na decisão monocrática ora impugnada, a qual ratifico:

A Ação de Busca e Apreensão, nos termos do artigo 3.º do Decreto Lei nº911/69, pressupõe a existência do inadimplemento do devedor (mora).

Outrossim, segundo a atual redação do artigo 2º, parágrafo 2º, do Decreto-Lei n. 911/69 (alteração dada pela Lei nº 13.043, de 2014), nos contratos de financiamento com garantia fiduciária, não paga a prestação no vencimento já se configura a mora do devedor, ex re, que poderá ser comprovada até mesmo por carta registrada com aviso de recebimento, sequer sendo exigível a assinatura pessoal do destinatário no AR.

Extraí-se da indigitada redação, portanto, que a despeito de a legislação específica não exigir a notificação pessoal do fiduciante, tampouco a realização de diligência por cartório de títulos e documentos, ainda assim resguarda ao consumidor a prerrogativa de recebimento da carta no endereço que tenha indicado ao credor, mediante demonstração – ao menos – de aviso de recebimento.

Mesmo que se atente à inegável modernização de atos administrativos/judiciais, ainda há exigência expressa da legislação específica quanto à remessa, ao menos, de carta AR.

# Superior Tribunal de Justiça

**Dessa forma, conclui-se pela insuficiência da pretendida comprovação da mora através de e-mail registrado (fls.76/77), por ausência, *in casu*, de garantia de recebimento e leitura.** Nesse sentido a recente jurisprudência desta Corte, e.g.:

(...)

Dessa forma, mantenho a decisão do juízo *a quo*, que determinou a complementação da documentação.

Dessa forma, não há que se falar em reforma do acórdão recorrido, pois, embora desnecessário o recebimento da notificação pelo próprio devedor, exige-se, pelo menos, a comprovação de que efetivamente houve o seu recebimento no endereço do seu domicílio, por meio do aviso de recebimento, o que não foi demonstrado na demanda.

E para se obter conclusão diversa da que chegou a Corte de origem seria necessário o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência descabida, tendo em vista a incidência da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 08 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator